

72 JUN 1986

Países endividados e aporte de capitais Dinda E.A.

O ministro da Fazenda revelou que o Brasil pretende apresentar, unilateralmente, ao Clube de Paris (que congrega seus credores oficiais), proposta de solução para a dificuldade em que se encontra em razão do atraso de dois anos no pagamento da dívida junto aos organismos oficiais de crédito. Tal situação não pode perdurar, pois ameaça até a obtenção de empréstimos, essenciais ao País, do Banco Mundial, no qual os acionistas majoritários são, precisamente, os credores que não têm sido pagos.

A despeito do tom enfatuado do ministro Dilon Funaro, que corre por conta da teatralidade da Novíssima República, sabe-se que a proposta não é bem unilateral, pois foi amplamente discutida com os outros interessados. Convém esclarecer que o Clube de Paris não tenciona violar sua própria regra e, portanto, não negociará com países que não tenham firmado acordo prévio com o FMI. A proposta discutida visa apenas a ganhar tempo, em razão da conjuntura política brasileira, marcada pela proximidade das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Após as eleições, o Brasil reatara as conversações com o FMI, em busca de uma solução. Com isso, o Clube de Paris, ao qual o Brasil hoje se propõe pagar parte do capital, e não apenas os juros, poderá oferecer condições muito mais amenas para a amortização da dívida. É oportuno,

aliás, observar o clima internacional que cerca os problemas de dívida externa.

A propósito, convém chamar a atenção para dois documentos: o relatório anual do Banco de Ajustes Internacionais, apresentado no dia 9 de junho em Basel, na Suíça, e um recente discurso do diretor-gerente do FMI, sr. Jacques de Larosière. O Banco de Ajustes Internacionais, conhecido sob sua sigla inglesa — BIS —, é um embrião de banco central dos bancos centrais. Sua importância tem crescido ultimamente e, na crise da dívida da América Latina, em 1982, seu papel foi fundamental. O discurso do sr. Jean Godeaux, presidente do Conselho de Administração do BIS, contém alguns parágrafos sobre a questão da dívida externa dos países em desenvolvimento, que constituem uma advertência a esses países.

Para o sr. Godeaux, o problema ainda está longe de ser resolvido, embora a queda das taxas de juros no mercado internacional, o reescalonamento da dívida e o maior realismo da política econômica dos países endividados sejam pontos favoráveis. Nota ele, porém, que a melhora que se iniciou em 1984, no tocante às contas externas, não teve continuidade em 1985, devido à retração das atividades em países como os Estados Unidos e o Japão. Para ele, o Plano Baker, que sugere a reabertura dos empréstimos dos bancos internacio-

nais aos países em desenvolvimento, é a única solução. Faz, todavia, uma séria advertência: "É necessário que, o mais cedo possível, um ou alguns países endividados ofereçam a prova concreta de que programas de ajuste estrutural são exequíveis e merecem o apoio financeiro, público e privado, que lhes é indispensável".

O diretor-gerente do FMI, sr. Jacques de Larosière, em discurso pronunciado em 16 de maio diante da *Bankers' Association for Foreign Trade*, havia abordado, com mais insistência, esse mesmo tema, ao apoiar o Plano Baker, que havia sido apresentado em Seul, em outubro de 1985. Lembrou ele, em seu discurso, que o Plano Baker tem três elementos essenciais, intimamente interligados: a aplicação, pelos países endividados, de medidas macroeconômicas e estruturais visando a promover o crescimento econômico e a redução da inflação; a função principal do FMI nesse processo e o crescimento do papel dos bancos multilaterais dos bancos de desenvolvimento; o aumento dos empréstimos dos bancos comerciais para apoiar as medidas econômicas tomadas nos países endividados. Em vista do papel central conferido ao FMI, deve-se entender que, sem um acordo com o organismo internacional, dificilmente poderá o Brasil ter acesso aos recursos, indispensáveis, dos bancos comerciais. O diretor do FMI indicou em seu discurso as medidas macroeconômi-

cas e estruturais: adoção de taxa cambial realista (problema que o País poderá enfrentar no dia em que ficar comprovado que a inflação zero do governo não passa de um sonho ...), taxas de juros realistas no plano interno (que começam a surgir) e eliminação das restrições comerciais e cambiais (reserva de mercado...), melhor gestão das empresas públicas, reforma tributária e criação de clima mais favorável aos investimentos estrangeiros diretos.

A fim de caracterizar, com exemplo, o conceito de uma política adequada, o sr. Jacques de Larosière chamou a atenção para a diferença entre os países endividados da América Latina e da Ásia Oriental. Os últimos incrementaram muito mais suas exportações e conseguiram manter, em relação ao PIB, o nível de seus investimentos, ao passo que, na América Latina, a taxa de investimento sofreu redução de cinco pontos de porcentagem. O Brasil hoje sabe que necessita de investimentos, mas não sabe como financiá-los. A retomada dos empréstimos externos é imprescindível. E preciso criar clima favorável a essa retomada.

Tanto o diretor-gerente do FMI como o presidente do BIS estão apelando para os bancos comerciais, no sentido de que voltem a concorrer para o desenvolvimento do Terceiro Mundo. A questão é saber se nosso país está disposto a aproveitar-se da oportunidade que lhe é oferecida.

ESTADO DE SÃO PAULO